



Alguns aspectos da pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios - PNAD 2005

N° 20070901
Setembro - 2007

Soraya Oliveira - IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Urbanismo
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

EXPEDIENTE

A **Coleção Estudos Cariocas** é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, abrigada no portal de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (IPP) : www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

Periodicidade:

A publicação não tem uma periodicidade determinada, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

Submissão dos artigos:

Os artigos são submetidos ao Conselho Editorial, formado por profissionais do Município do Rio de Janeiro, que analisará a pertinência de sua publicação.

Conselho Editorial:

Ana Paula Mendes de Miranda, Fabrício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

Coordenação Técnica:

Cristina Siqueira e Renato Fialho Jr.

Apoio:

Iamar Coutinho

CARIOCA – Da, ou pertencente ou relativo à cidade do Rio de Janeiro; do tupi, “casa do branco”. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0)

ALGUNS ASPECTOS DA POBREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO A PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS - PNAD 2005

Soraya Oliveira - IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Este trabalho tem por objetivo destacar as condições de existência do segmento da população considerada pobre na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), segundo alguns dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2005), relativos à condição de ocupação e acesso a bens de consumo em domicílios com rendimento mensal domiciliar per *capita* de até meio salário mínimo.

Tal proposta pode somar esforços para o reconhecimento das facetas que a pobreza toma na contemporaneidade e pode somar esforços para a elaboração das políticas assistenciais e garantia dos mínimos sociais no âmbito municipal.

Pobreza – políticas e definições

As ações contra a pobreza esbarram em dois entraves: a) são alvo de críticas acerca de sua ineficácia e ineficiência e b) aparentemente estão sempre em histerese em relação à situação que foram desenhadas para modificar.

Isto porque, estas iniciativas impõem a investigação das necessidades e/ou carências que devem ser fruto de intervenção para garantia do acesso dos indivíduos aos bens e serviços de consumo coletivo, ou seja, demandam uma prévia explicitação sobre a forma como a questão social se apresenta em determinada sociedade e em determinado momento histórico.

Carências e necessidades de segmentos sociais sempre fizeram parte das preocupações dos governos no sentido de garantir a manutenção da ordem social. Contudo, tais iniciativas foram pontuais e pautadas no voluntarismo, mesmo quando oriundas de legislação.

Na Inglaterra, várias leis para regular e manter a pobreza sob controle foram decretadas antes do tempo de Elizabeth I e o primeiro corpo de “Comissariado para pobreza” que se tem registro começou a trabalhar em 1630 (HM, 1630). No século XVIII, os governos se viram obrigados a definir necessidades dos pobres em relação à renda e, não só na Inglaterra, mas também em grande parte da Europa,

desenvolveram formas de auxílio aos pobres muito antes da revolução industrial (EGPS, 2006).

Conforme recuperado por Pereira (2002), apenas no século XX, o Estado se organiza para a garantia de um padrão de proteção social dos indivíduos. As necessidades sociais passam a ser objeto de intervenção de políticas públicas, criando-se um sistema de seguridade social baseado no binômio proteção social/pleno emprego.

Assim sendo, o termo “pobreza” passa a nomear uma situação concreta, porém transitória ou conjuntural, de carências e necessidades sociais¹ cujas noções estiveram sempre vinculadas ao momento de desenvolvimento da sociedade, modificando-se no decorrer dos anos: de “inferioridade biológica”, para escolha individual, posteriormente “situação conseqüência de vício”; mais recentemente, “caso de polícia”, até o que hoje compreende-se como “questão social”.

Como uma “questão social”, a pobreza é expressiva de interesses e reivindicações de grupos sociais diversos que conquistaram ou lutam para conquistar o atendimento das suas demandas por parte de um Estado que busca legitimidade na assimilação de questões oriundas do desenvolvimento econômico e político da sociedade².

Soto (2003), na tentativa de precisar a noção de pobreza, ressalta que esta não deve ser vista somente como um estado ou uma situação, mas como um processo, ou seja, é parte do desenvolvimento da sociedade e por isso mesmo uma situação dinâmica, ou melhor, mutável.

Mas essa particularidade da pobreza, sua condição conjuntural, não deve permitir imprecisões teórico-metodológicas sob o risco de comprometer o alcance de consensos futuros sobre a mensuração da pobreza e a construção de políticas mais efetivas para sua mitigação.

A perspectiva de aproximação com o tema da pobreza sempre esteve relacionada com a renda como base para sua conceituação. Existem vantagens na manutenção da característica renda na conceituação da pobreza, como a garantia da comparabilidade em diferentes conjunturas históricas e ou territoriais. Mas o “rendimento” por si mesmo, não é suficiente para explicar a condição de pobreza.

¹ Trata-se de uma categoria vinculada ao processo de desenvolvimento da sociedade, ao mesmo tempo em que os homens desenvolvem as relações sociais em torno de sua produtividade material, estruturam também os princípios, idéias e valores sobre as relações sociais (Soto, 2003).

² A apreensão da “questão social” no sentido aqui utilizado está informada pelas elaborações observadas em Netto, JP 1996; Iamamoto, M.V 1995.

Quando as pessoas não têm acesso ou têm acesso restrito a um certo nível de renda ou a outros recursos - dieta adequada, bens materiais, comodidades, serviços públicos – que permitam o desempenho de seu papéis sociais (participação das relações e dos costumes que são esperados como membro de uma sociedade) pode-se dizer que são pessoas pobres³.

Já a abordagem dialética da pobreza impõe que a mesma seja explicada em função do desenvolvimento antagônico da sociedade. Tal perspectiva tem como objetivo precisar a construção de um campo conceitual para a pobreza como uma categoria complexa, histórica e mutável.

Sob esta perspectiva, Soto (2003) assinala que a pobreza desempenha um duplo papel: é **efeito** do desenvolvimento da sociedade e **condição determinante** do processo de acumulação, ou seja, ao mesmo tempo em que é gerada pelo caráter antagônico do desenvolvimento econômico da sociedade, seu aumento é condição para a concentração de riqueza.

Alguns teóricos propõem pensar a pobreza em relação à alienação do trabalho - no caso em que o trabalhador apenas identifique no seu processo de trabalho um meio para satisfazer suas necessidades – o que a faz ganhar outra dimensão, além da necessidade material. O processo de alienação implica em empobrecimento dos níveis de consciência do sujeito. Quanto mais brutalizado for o processo de trabalho do indivíduo, menor será seu nível de consciência e maior será sua alienação dos processos da vida.

Até meados da década de 70, o desenvolvimento econômico garantiu a expansão dos direitos do trabalho e da idéia do pleno emprego, o que levava a crer na possibilidade da diminuição da pobreza no curso do desenvolvimento dos países.

Passada a década de 70, a questão social passa a ser informada por novos processos: as transformações no mundo do trabalho (Antunes, 1995); o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, ou de seu arremedo no caso brasileiro (Oliveira, 1998); a desfiliação de vastos grupos das redes tradicionais de sociabilidade (Castel, 1998) que tornam a realidade de um futuro sem pobreza cada vez mais longínquo. Mais ainda, a própria idéia que se tem de pobreza vai se complexificando, demandando repensar as condições daqueles que vivem em situação de carência neste novo século.

³ Expert Group on Poverty Statistics. Compendium of best practices in poverty measurement. Chile, 2006.

Pobreza na região metropolitana do Rio de Janeiro

Para a estimativa da pobreza se convencionou a classificação dos domicílios (unidade geralmente considerada) como pobres utilizando a renda, se esta for igual ou inferior ao que for determinado como a linha de pobreza da região/país⁴ o domicílio passa a ser considerado pobre ou extremamente pobre.

No Brasil, para fins de gestão da Política de Assistência Social e garantia dos mínimos sociais, convencionou-se que a linha de pobreza seria considerada como igual ou inferior a meio salário mínimo *per capita* e um quarto do salário mínimo *per capita* como linha de extrema pobreza ou indigência. Aqueles domicílios que estiverem abaixo destes critérios normativos serão considerados pobres ou extremamente pobres, ou seja, seus moradores são considerados incapazes de dispor adequadamente de bens e serviços que garantam a participação em um padrão de qualidade de vida médio da sociedade que integram.

Com informações elaboradas a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a investigação da pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) foi realizada a partir da verificação de alguns itens indicativos de situação de vulnerabilidade social, renda mensal domiciliar per capita até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo (extremamente pobres) e até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (pobres); domicílios chefiados por mulheres; domicílios chefiados por pessoas com 60 anos e mais e domicílios chefiados por pessoas com ensino fundamental incompleto.

As características dos domicílios pobres da RMRJ foram elaboradas em comparação com as demais Regiões Metropolitanas e divididas em três temas: características gerais; acesso a bens de consumo e saneamento básico.

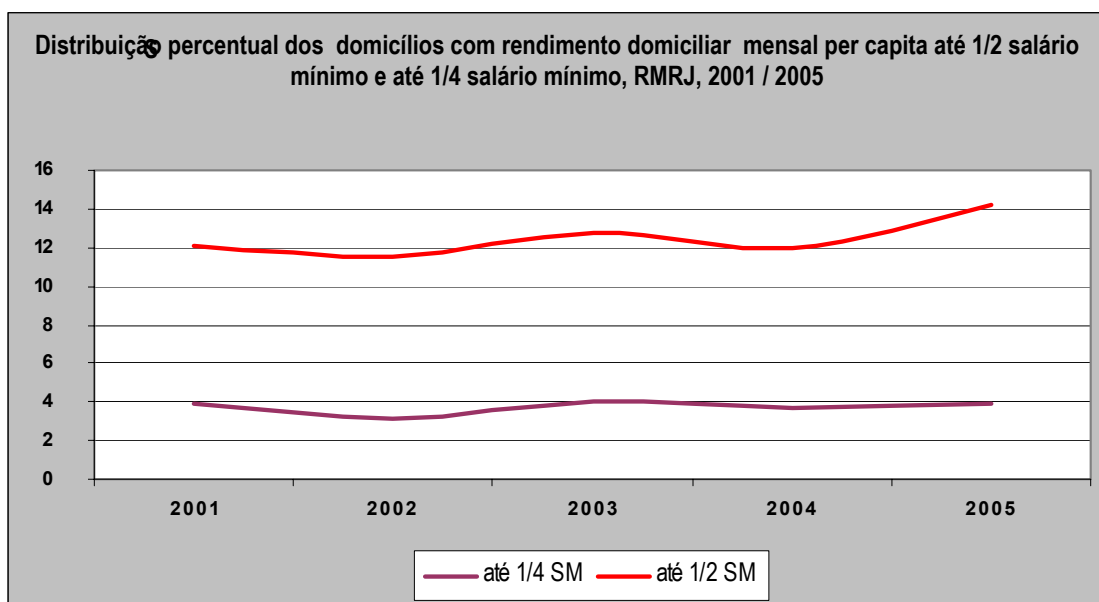
Domicílios pobres

O primeiro gráfico apresenta uma série histórica da proporção de domicílios pobres (renda mensal domiciliar per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo) e extremamente pobres (renda mensal domiciliar per capita até $\frac{1}{4}$ salário mínimo) acorde com as PNADs de 2001 até 2005. Com relação aos domicílios pobres, há uma leve tendência ao aumento em 2003, quando representavam 12,8% dos domicílios da RMRJ, passando para 14,2% dos domicílios em 2005 Enquanto a linha de pobreza tem uma

⁴ A linha de pobreza é um conceito normativo que representa o valor agregado de todos os bens e serviços considerados necessários para satisfazer as necessidades básicas do domicílio (EGPS, 2006).

* Deve-se considerar um aumento real do salário mínimo entre 2001 e 2005 da ordem de 16%, considerando-se a variação do INPC.

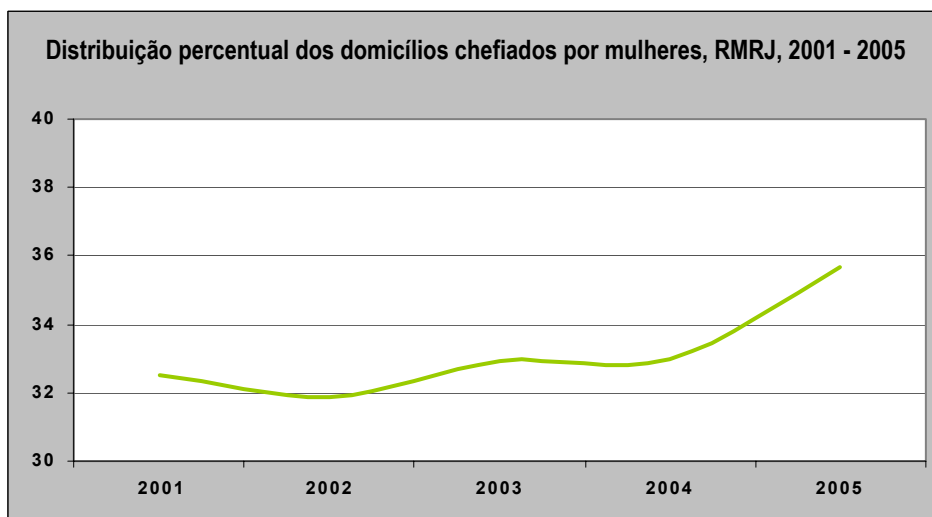
leve tendência a aumentar a partir de 2003, a linha de extrema pobreza apresenta uma ligeira queda, de 4,0% de domicílios em 2003 para 3,7% em 2004, passando para 3,9% em 2005.



Fonte: PNAD, 2001 / 2005, IBGE / BME

Mulheres responsáveis pelo domicílio

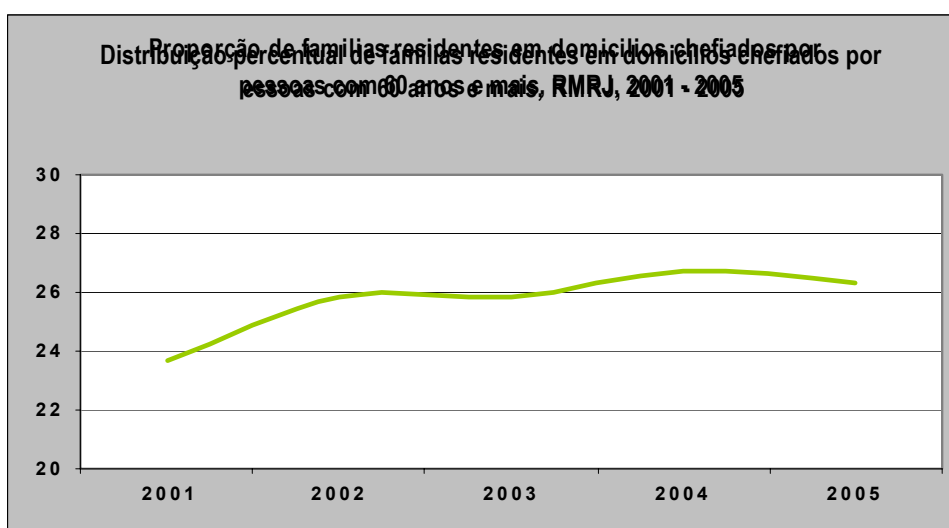
O gráfico a seguir apresenta a proporção de domicílios que tinham mulheres como a pessoa de referência que passou de 32,5% em 2001 para 35,7% em 2005. Os domicílios chefiados por mulheres são considerados em zona de vulnerabilidade social em função (a) ainda que estejamos avançando na direção da igualdade de gênero, a “hierarquia social” que legitima a superioridade do masculino sobre o feminino continua influenciando a divisão social do trabalho, e (b) o processo de reorganização da produção no cenário atual acentua a inserção desigual das mulheres num mercado de trabalho flexibilizado e precarizado (Hirata, 2002).



Fonte: PNAD, 2001 / 2005, IBGE / SIDRA.

Idosos responsáveis pelo domicílio

Seguindo a trilha da vulnerabilidade social, é apresentada a série histórica dos domicílios da RMRJ que tinham como pessoa de referência a pessoa idosa (acima de 60 anos). No ano de 2001, 23,7% dos chefes de domicílios na RMRJ eram idosos, No ano de 2005 este percentual é de 26,3%, ou 0,4 ponto percentual menos do que no ano anterior (2004). Observa-se uma tendência de crescimento da proporção de idosos.

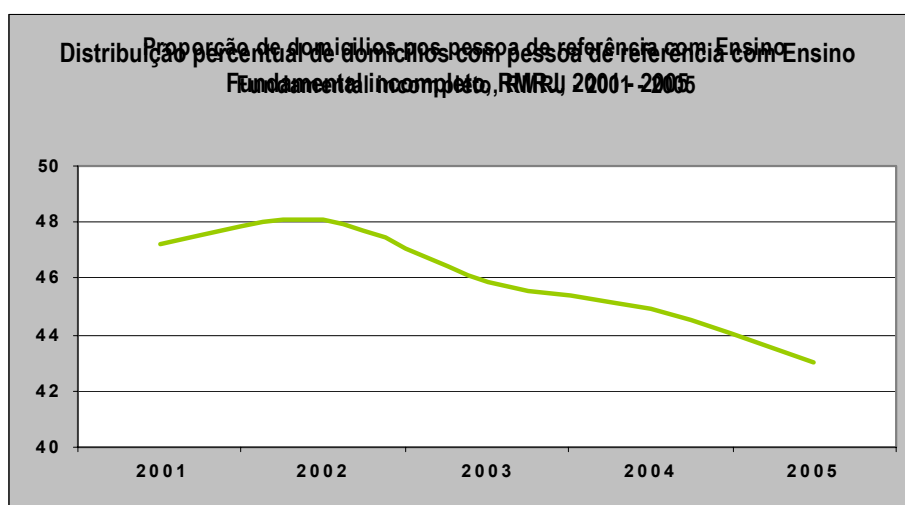


Fonte: PNAD, 2001 / 2005, IBGE / SIDRA.

Analfabetos funcionais responsáveis pelo domicílio

As transformações no mundo do trabalho imprimem tendências que redefinem as características da classe trabalhadora, a complexificação dos processos produtivos (aliada à expansão do setor de serviços e a precarização do trabalho) demanda trabalhadores mais qualificados. Neste contexto, a escolarização que sempre foi importante para a garantia de inserção no mercado de trabalho, agora é definitiva para a conquista de postos de trabalho menos precarizados. Infere-se que a baixa escolarização das pessoas de referência pode influenciar na inserção destes domicílios em zona de vulnerabilidade social.

Conforme visualizado no gráfico seguinte, pessoas de referência de domicílios com baixa escolaridade – menos de 8 anos de estudo - no ano de 2001 representavam 47,2% do total, diminuindo 4 pontos percentuais no período de 2001 a 2005 quando passou para 43,0%.



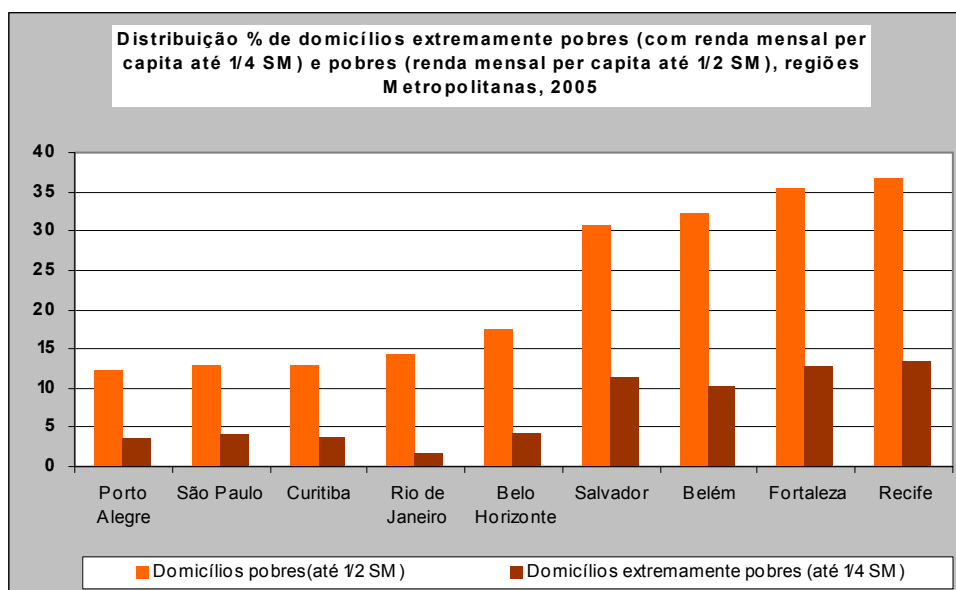
Fonte: PNAD, 2001 / 2005, IBGE / SIDRA.

Domicílios pobres e extremamente pobres nas nove regiões metropolitanas da PNAD 2005⁵

O gráfico seguinte apresenta como está distribuída a pobreza e a extrema pobreza nas Regiões Metropolitanas. Enquanto as RMs de Porto Alegre, São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro apresentam proporções inferiores a 15% de domicílios pobres, e menos de 5% de domicílios extremamente pobres, Salvador, Belém,

⁵ O IBGE só pesquisa 9 Regiões Administrativas na PNAD: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre.

Fortaleza e Recife apresentam proporções superiores a 30% de domicílios pobres e acima de 10% de domicílios extremamente pobres.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Características gerais dos domicílios particulares permanentes pobres nas regiões metropolitanas

Conforme já mencionado a pobreza também se caracteriza segundo o acesso a bens de consumo e serviços. A seguir, apresenta-se uma série de gráficos que distingue os domicílios considerados pobres (com renda domiciliar mensal *per capita* até 1/2 SM) das Regiões Metropolitanas, segundo algumas características do domicílio e existência de alguns bens de consumo e serviços no ano de 2005.

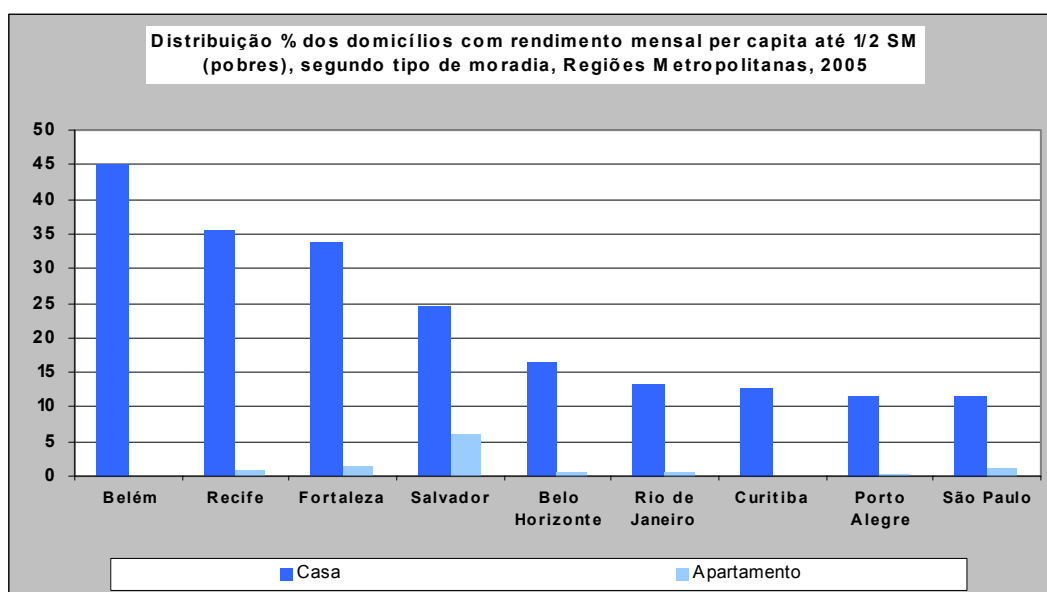
Nota metodológica: Nos gráficos, nem todos os casos foram computados, pois segundo o BME/IBGE há “dados restritos devido ao pequeno número de observações comprometendo a precisão da estimativa”.

Casa e Apartamento

Em relação ao tipo, a maior parte dos domicílios considerados pobres (até 1/2 SM) nas Regiões Metropolitanas é composta por casas, sendo que no caso de Belém e Curitiba 100% dos domicílios são casas. As RMs de Salvador, Fortaleza e São Paulo apresentam as maiores proporções de domicílios pobres tipo apartamento (6,1%, 1,4% e 1,2% respectivamente). A categoria quarto ou cômodo não foi contemplada neste

estudo visto sua pouca ou nenhuma representatividade na conformação do tipo de domicílios pobres.

Trata-se da mesma tendência encontrada no estudo “Homogeneidades e heterogeneidades dos domicílios metropolitanos” da PNAD 2005 (IPP, 2007) que aborda o total de domicílios sem o recorte por faixa salarial. Ambos apresentam mais domicílios tipo casa do que apartamentos: total de domicílios tipo apartamento na RMRJ é de 23,1%, enquanto nos domicílios pobres 0,6% é de apartamentos.

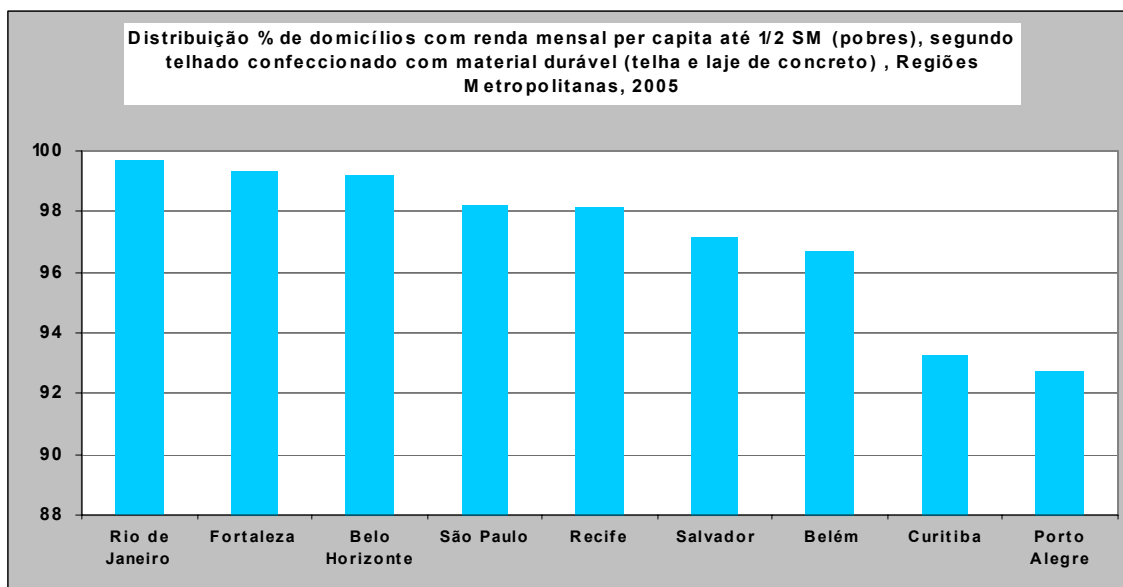


Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Nota: Não foram considerados casos que tiveram pequeno número de observação na amostra comprometendo a precisão da estimativa.

Telhados

As RMs do Rio de Janeiro (99,6%), Fortaleza (99,3%) e Belo Horizonte (99,2%) e São Paulo (98,2%) são as que apresentam domicílios pobres equipados com material durável (laje de concreto ou telha) na confecção de telhados com maior representatividade.

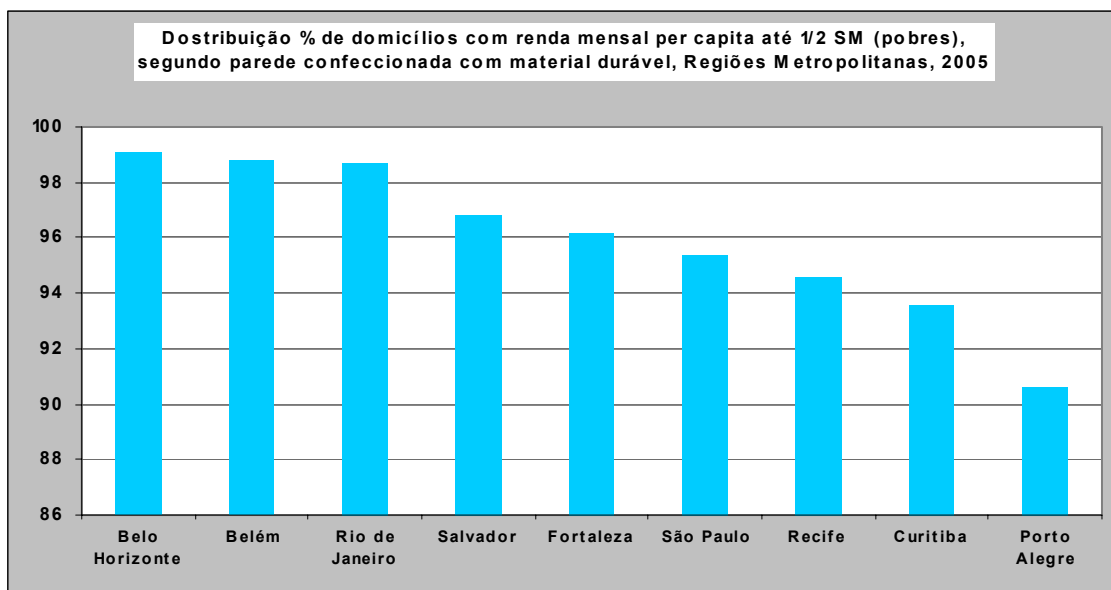


Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Paredes

O mesmo ocorre no caso das paredes; as proporções se mantêm similares tanto no total de domicílios quanto nos domicílios pobres. A RMRJ dispõe de 99,5% de todos os seus domicílios são aparelhados com paredes de alvenaria, enquanto que no caso dos domicílios pobres, esta proporção é de 98,7% equipados com paredes de material durável (alvenaria e madeira aparelhada) conforme é possível visualizar no gráfico a seguir.

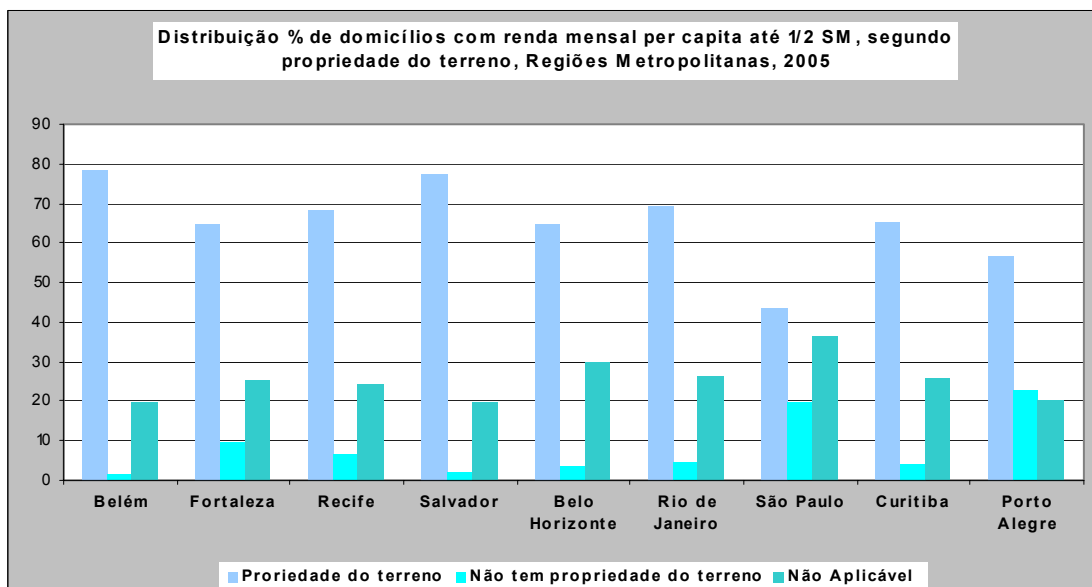
A maior parte das Regiões Metropolitanas tem os seus domicílios pobres construídos com paredes confeccionadas com material durável, com destaque para as do Belo Horizonte, Belém e Rio de Janeiro que apresentam paredes de alvenaria em mais de 98% dos domicílios pobres.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Propriedade do Terreno

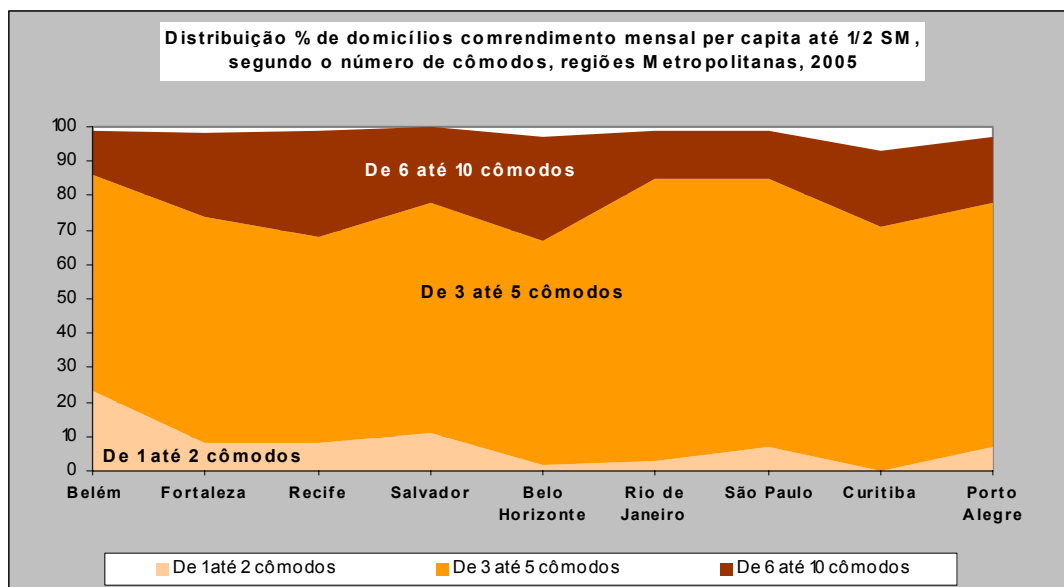
Seguindo a mesma tendência do total de domicílios, a PNAD 2005 verificou que a proporção de domicílios pobres situados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro a coloca em 3º lugar (com 69%) no “ranking” das regiões cujos entrevistados se declararam proprietários dos terrenos onde se localizam seus domicílios, atrás apenas de Belém (78%) e Salvador (77%).



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Na distribuição de domicílios segundo o número de cômodos verifica-se que, na maior parte dos casos, prevalecem os domicílios com 3 até 5 cômodos. No caso da RM

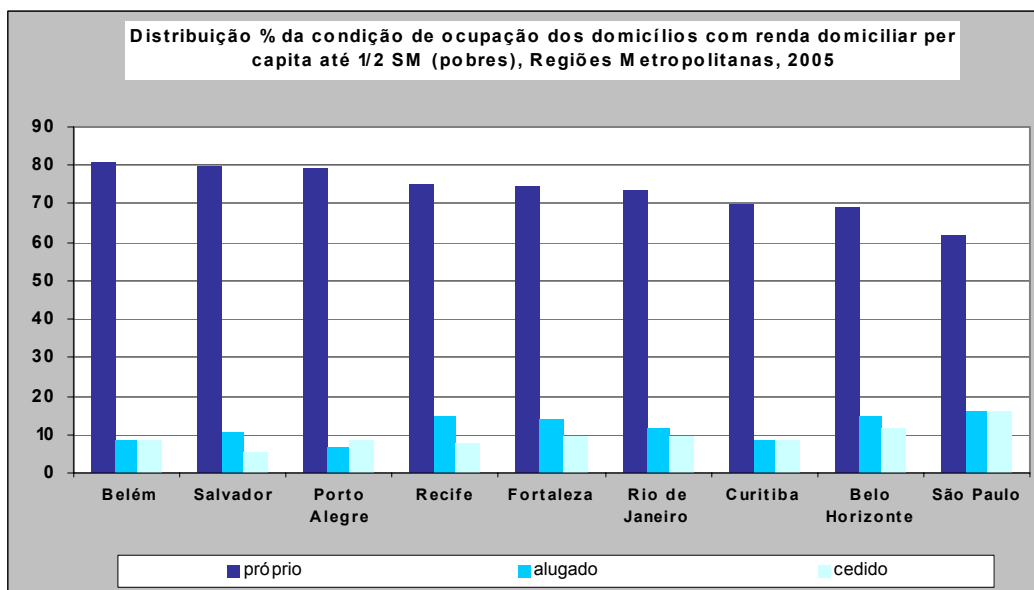
do Rio de Janeiro, 82% dos domicílios pobres dispõem de 3 a 5 cômodos. Os domicílios pobres de até 2 cômodos são mais expressivos em Belém (23%), Salvador (11%) Fortaleza (8%) e Recife (8%). Tanto nos domicílios pobres como nos domicílios em percebe-se a predominância de domicílios com 3 a 5 cômodos.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Próprios ou alugados

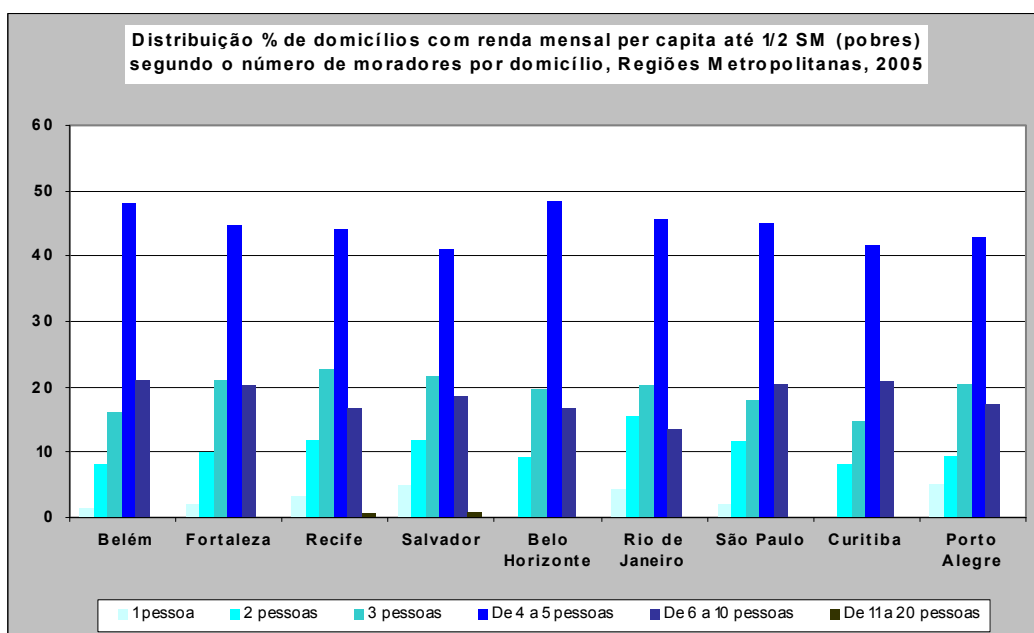
Com relação à condição de ocupação, os domicílios pobres seguem a mesma tendência verificada para o total de domicílios (IPP, 2007), ou seja, a maioria dos domicílios é própria, porém os domicílios cedidos têm mais representação entre os domicílios pobres. A RM de São Paulo se mantém com a maior proporção de domicílios alugados (16%). Na RM do Rio de Janeiro os domicílios pobres também são em sua maioria próprios (73%), com 11% deles alugados e 9% cedidos.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Número de Moradores

Em todas as Regiões Metropolitanas o número de 4 e 5 moradores é a principal característica dos domicílios pobres, principalmente em Belo Horizonte onde esta tendência ocorre em mais da metade dos domicílios (48%) e Belém (48%). Na RM do Rio de Janeiro 46,% dos domicílios abrigam entre 4 e 5 moradores e 13,5% dos domicílios de 6 a 10 moradores.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

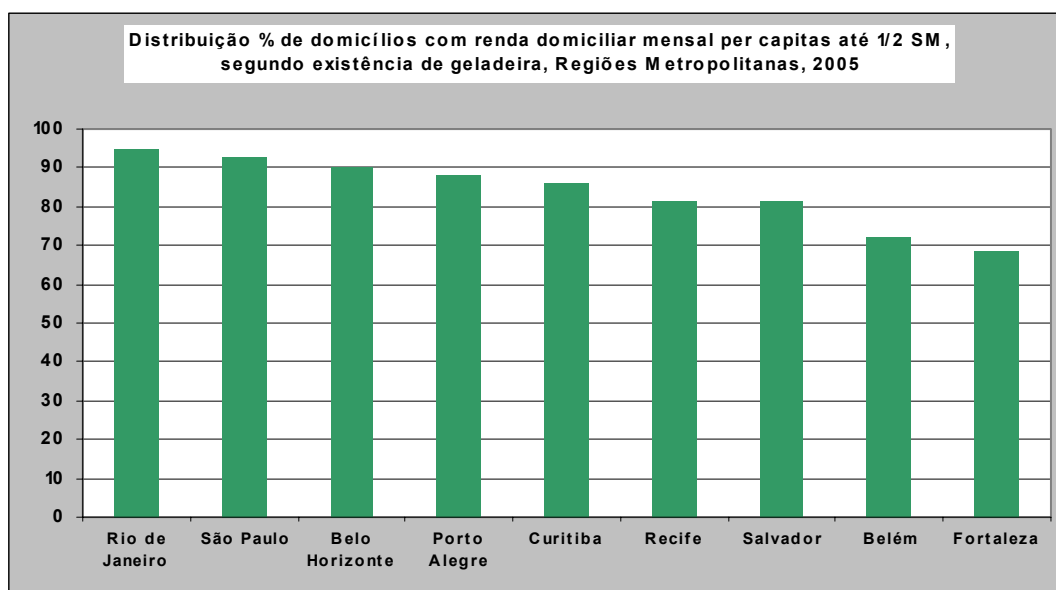
Acesso a bens de consumo

A série de gráficos a seguir caracteriza os domicílios pobres das Regiões Metropolitanas segundo a existência de alguns bens de consumo e serviços de saneamento básico no ano de 2005.

Geladeira

A geladeira aparece como um bem de consumo amplamente disseminado também nos domicílios pobres, ao menos nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro (95%) e São Paulo (93%), que se destacam com mais de 90% dos domicílios dispondo desse bem de consumo.

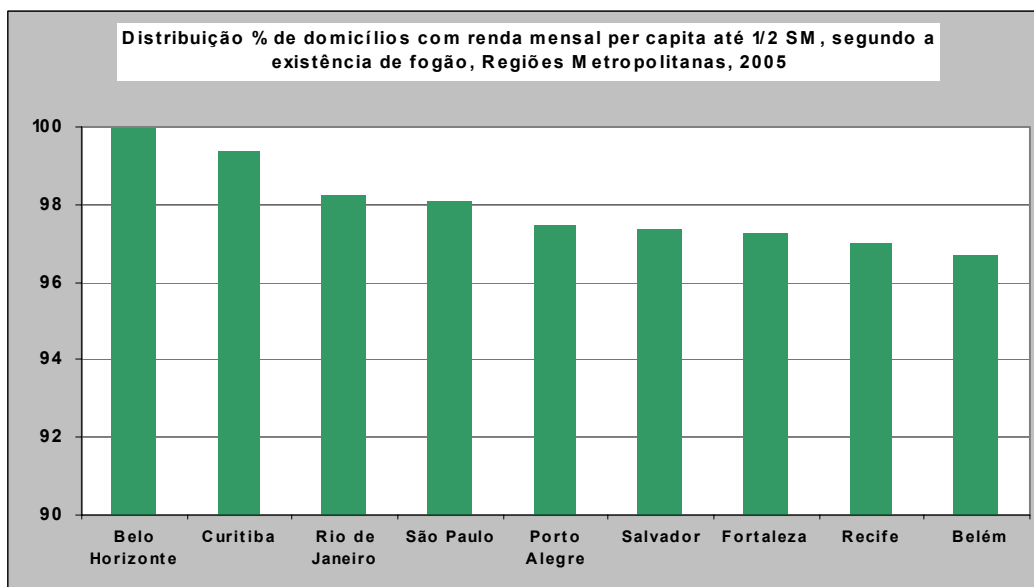
Tanto para os domicílios pobres quanto para o total de domicílios foi verificada, uma certa deficiência no acesso a geladeiras em Belém. Para o total de domicílios, verificou-se o não acesso para 10,2% dos domicílios em Recife; 18,1% para os de Fortaleza e 15,7% para os de Belém. No caso dos domicílios pobres estes percentuais aumentam, sendo que 18% em Belém e 31% em Fortaleza não dispõem de geladeira.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Fogão de duas ou mais bocas

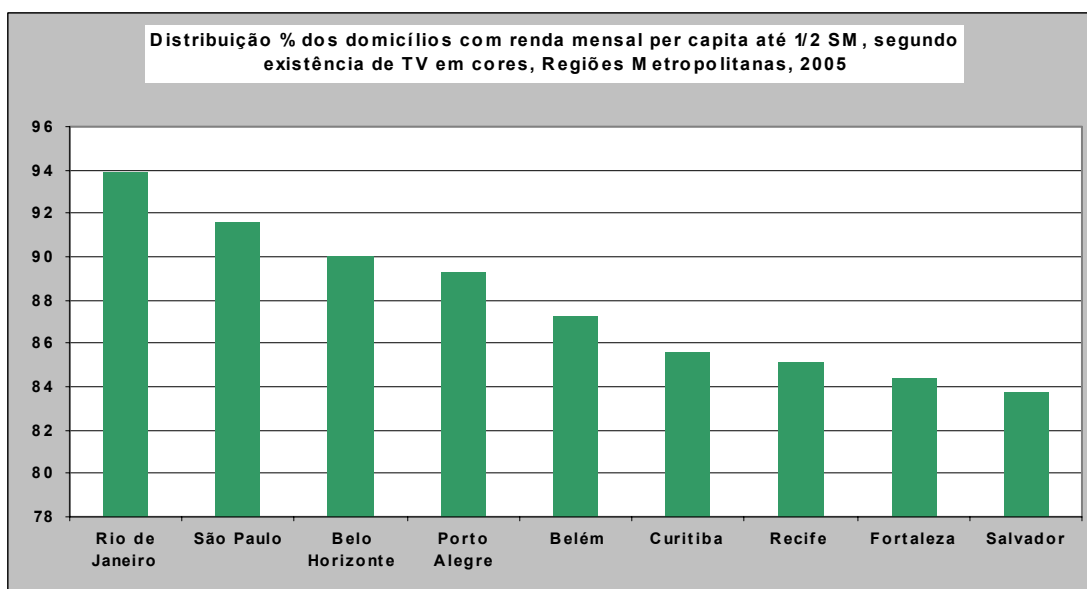
No caso do fogão, na maioria das Regiões Metropolitanas, a sua existência se aplica em 97% ou mais dos domicílios pobres conforme é possível visualizar no gráfico a seguir.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Televisão em cores

A existência de TV em cores é verificada em mais de 80% dos domicílios pobres de todas as regiões, com destaque para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (94%) e São Paulo (92%).

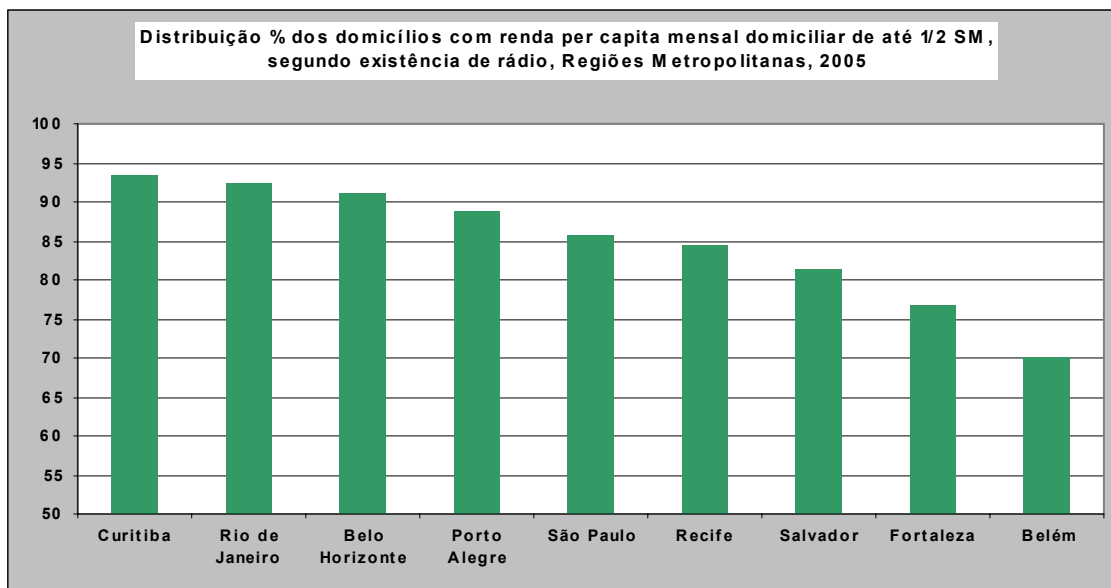


Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Rádio

Com relação a existência de rádio, em todas as Regiões Metropolitanas é verificado que mais de 70% dos domicílios pobres dispõem deste bem, com destaque

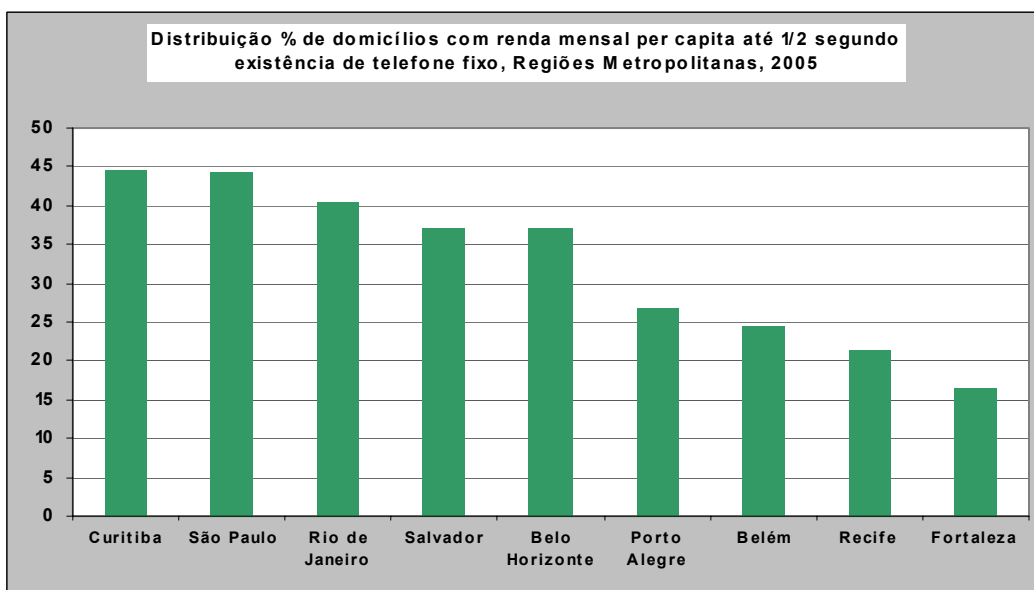
para as RM de Curitiba (93%), Rio de Janeiro (92%) e Belo Horizonte (91%), regiões onde mais de 90% dos domicílios dispõem de rádio.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Telefone fixo

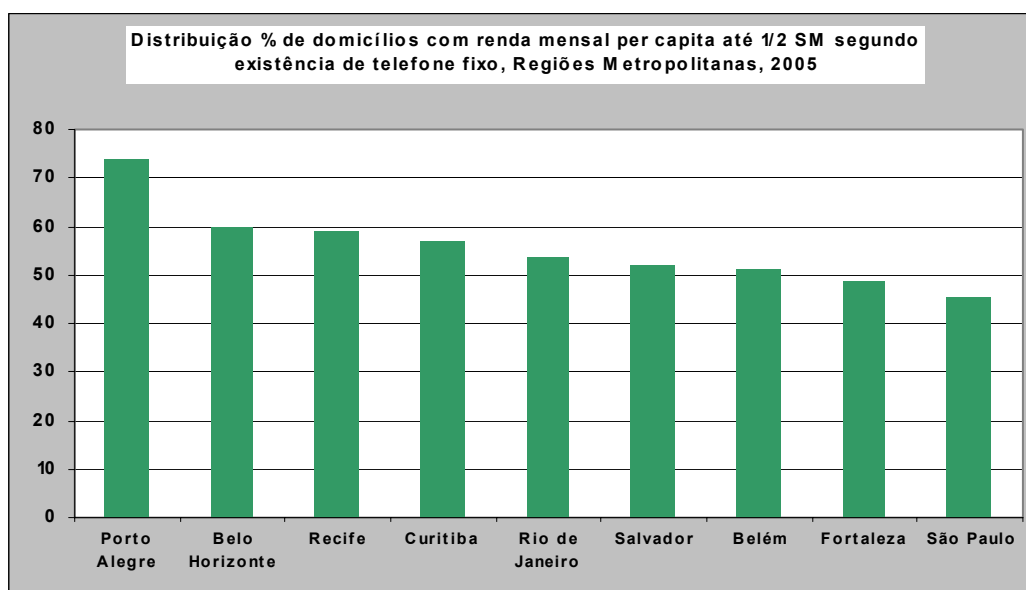
O telefone fixo, apesar da ampla divulgação de sua popularização após a quebra do monopólio estatal, ainda é um bem inacessível para mais da metade dos domicílios pobres. Nas Regiões Metropolitanas de Belém, Recife e Fortaleza menos de 1/4 dos domicílios dispõem deste bem.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Telefone celular

Foi verificada a existência de telefones celulares em mais da metade dos domicílios de quase todas as Regiões. Inicialmente de difícil aquisição, esse bem tornou-se rapidamente popularizado entre as classes mais baixas. Na maioria das Regiões Metropolitanas foi encontrado em mais da metade dos domicílios pobres, com destaque para as seguintes Regiões: Porto Alegre (74%), Belo Horizonte (60%), Recife (59%), Curitiba (57%) e Rio de Janeiro (54%).



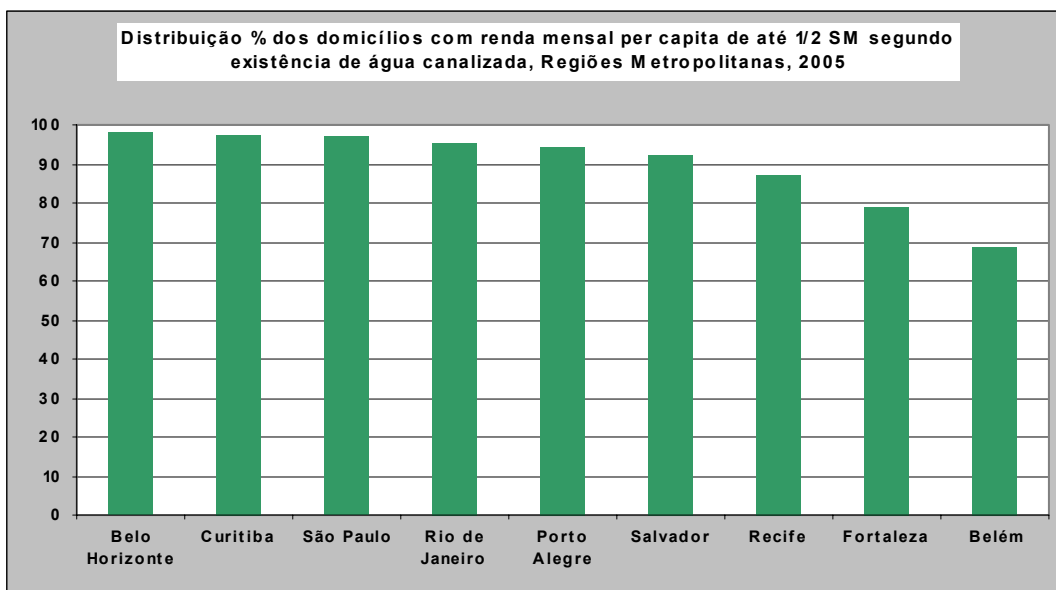
Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Saneamento básico

Os serviços de saneamento básico – abastecimento de água, coleta e disposição de esgotos e lixo – foram destacados neste estudo pelo potencial impacto que apresentam no processo saúde-doença da população.

Água

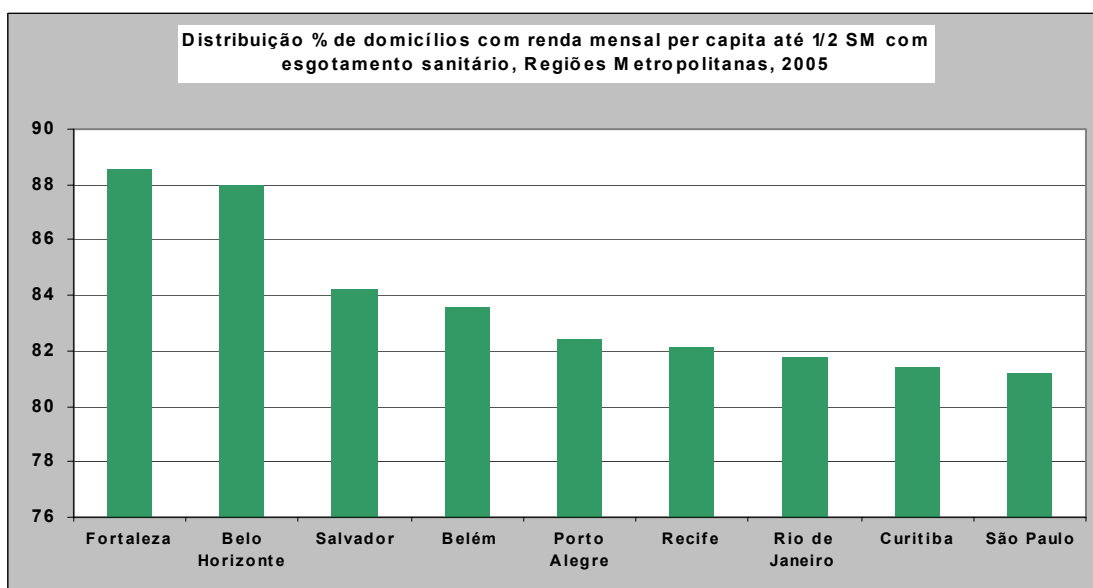
Com relação ao acesso à água canalizada para os domicílios com rendimento mensal per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (pobres), a PNAD 2005 verificou que nas RMs de Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo mais de 97% destes domicílios tem água encanada. As RMs do Rio de Janeiro (95%), Porto Alegre (94%) e Salvador (92%) têm todas mais de 90% dos seus domicílios pobres com acesso à água canalizada. Os piores índices são os das RMs de Fortaleza (79,1%) e Belém (69%) com menos de 80% dos domicílios pobres dispondo de acesso ao serviço de água canalizada.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Esgoto

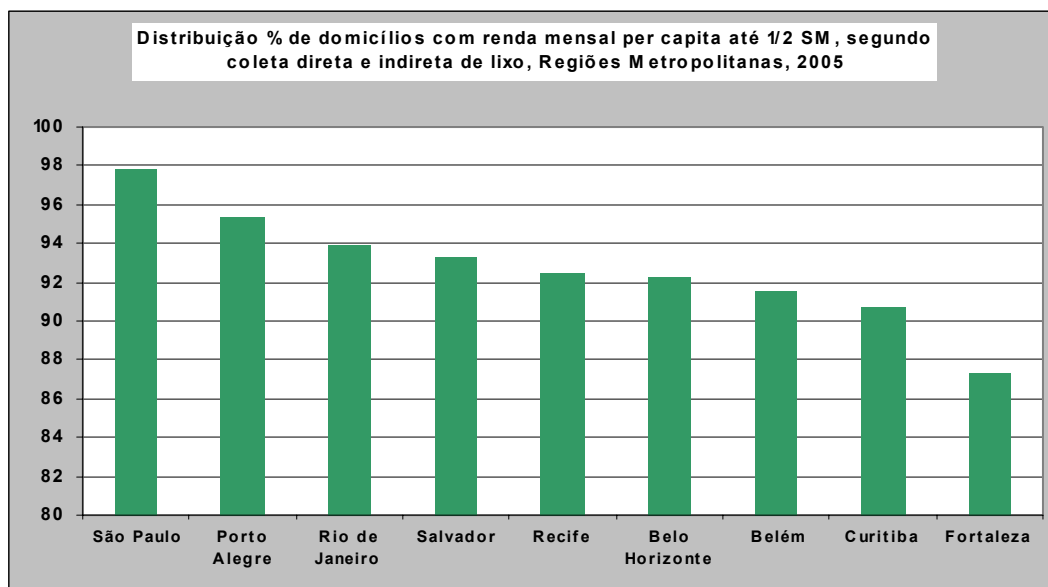
Nenhuma das Regiões Metropolitanas dispõe de 100% dos seus domicílios pobres ligados à rede coletora de esgoto (geral ou pluvial). Os melhores índices estão nas RMs de Fortaleza (89%) e Belo Horizonte (88%). As demais Regiões têm menos de 90% dos seus domicílios pobres ligados à rede de esgoto. A RM do Rio de Janeiro apresenta 82% dos seus domicílios ligados à rede coletora.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME.

Coleta de Lixo

Com relação à coleta de lixo, na maior parte das RMs apresenta mais 90% dos domicílios com cobertura de coleta de lixo, com destaque para as RMs de São Paulo e Porto Alegre cuja rede coletora cobre mais de 95% dos domicílios pobres. Na RM do Rio de Janeiro 94% destes domicílios contam com serviço de coleta de lixo.



Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME

Em todo o Brasil, é fato o desenvolvimento urbano e, portanto, o aumento de investimentos em infra-estrutura, principalmente em saneamento básico⁶. Entretanto ainda com um déficit de cobertura para os municípios mais pobres, como é possível observar nos gráficos anteriores relativos ao tema. Mesmo se tratando de domicílios com renda domiciliar *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, ou seja, pobres, as RMs mais ricas (RMs do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) apresentam proporções tendendo a 100% de acesso aos serviços de saneamento básico. Já no caso das RMs mais pobres (Fortaleza, Belém, Recife), alguns serviços chegam a menos de 90% de cobertura, e outros a menos de 80%.

A tabela seguinte apresenta a proporção dos domicílios pobres da Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo o acesso aos três serviços de saneamento de 2001 até 2005 segundo as respectivas PNADs. No ano de 2005, 87,5% dos domicílios

⁶ A evolução da prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto no Brasil foi marcada por uma forte elevação dos índices de atendimento a partir da década de 70, época de grande e crescente mobilização de recursos financeiros. Já na década de 90 os investimentos na área rarearam, chegando até 4 vezes menos do que o realizado na década de 70 (III CONGRESSO IBÉRICO SOBRE GESTÃO E PLANEAMENTO DA ÁGUA." A directiva quadro da água: realidade e futuro". Dilma Seli Peña Pereira Diretora da Agência Nacional de Águas (ANA) BRASIL

caracterizados como pobres dispunham do acesso aos serviços de saneamento básico.

Proporção de domicílios com renda mensal *per capita* até 1/2 SM com saneamento básico, RM Rio de Janeiro, PNAD 2001 / 2005

Domicílios	2001	2002	2003	2004	2005
Total	299 168	318 937	382 388	352 433	436 520
Com saneamento básico	90,9%	85,5%	82,3%	82,6%	87,5%

Fonte: PNAD, 2005, IBGE / BME

Nota: saneamento básico inclui serviços de água canalizada, esgotamento sanitário; coleta de lixo.

Considerações Finais

O esboço acerca das características dos domicílios pobres na Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem como objetivo contribuir para o reconhecimento da pobreza nos primeiros anos deste século.

Este trabalho foi orientado, antes de tudo, para a descrição de características dos domicílios pobres na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Nos itens sobre vulnerabilidade social na RMRJ, foi identificado aumento dos domicílios pobres, cuja proporção representou 12,8% em 2001 e em 2005 passou a representar 14,2%.

Os demais dados utilizados aqui para abordar a situação de vulnerabilidade social dos domicílios da RMRJ, com exceção do acesso à escolarização, apresentaram relativa piora: aumento de domicílios com mulheres como a pessoa de referência de 32,5% em 2001 para 35,7% em 2005; domicílios com idosos como pessoa de referência de 23,7% em 2001 para 26,3 em 2005.

A caracterização dos domicílios pobres na RMRJ é de casas, em sua maioria próprias (76,7%), cerca de metade delas com telhado de laje (52%) e todas (100%) com paredes de alvenaria. Dispõem na maior parte dos casos (83,3%) de 3 a 5 cômodos e mais da metade (60%) abrigam mais de 4 pessoas, sendo que 13,6% destes abrigam de 6 a 10 pessoas.

Dentre a relação dos bens de consumo, os mais utilizados nos domicílios pobres são o fogão (100%) e a geladeira (97,1%), amplamente difundidos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Bens menos imprescindíveis para a sobrevivência, mas necessários para a vida nas metrópoles também estão consideravelmente

difundidos entre os domicílios pobres de todas as Regiões Metropolitanas, caso da TV em cores presente em 95,1% dos domicílios da RMRJ e o rádio encontrado em 92,2% dos domicílios.

Os telefones fixos não são tão fáceis de serem encontrados nestes domicílios, já que menos da metade deles na RMRJ dispõem do acesso à telefonia fixa. No entanto, os celulares estão presentes em mais da metade de quase todas as Regiões Metropolitanas e na RM do Rio de Janeiro, 53,8% dos domicílios pobres dispõem deste bem.

A condição de acesso aos três serviços de saneamento básico na RMRJ entre 2001 e 2005 decaiu, passando de 90,9% para 87,5%. Contudo, desde 2003 verifica-se um aumento percentual dos domicílios atendidos de 82,3% para 87,5%.

Longe de qualificar a situação da pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, este trabalho apenas apresenta algumas informações, características ou aspectos dos domicílios cuja renda mensal *per capita* é igual ou inferior a ½ salário. São informações importantes, contudo, no momento em que começam a ser desenhadas estratégias políticas que propõem a reversão da aparente inaplicabilidade das ações de combate à pobreza.

Uma delas é a Política Nacional de Assistência Social promulgada em 2004 com o objetivo de garantir um padrão de qualidade de vida. Tal política vem para regularizar um dos componentes da Seguridade Social, a assistência.

Tendo como objetivo orientar os órgãos executores para a definição de situações de risco social e estratégias de intervenção para garantia da cobertura da Proteção Social, esta iniciativa contribui para por termo ao olhar piedoso ou de cunho moral que ainda orientam algumas ações de intervenção na pobreza, o que, se por um lado alivia situações de carência, por outro atua na sua manutenção.

Portanto, envidar esforços na reorientação do olhar sobre a pobreza de objeto de caridade dependente de iniciativas de segmentos da sociedade civil para um tema público, uma “questão social” demandatória da oferta de ações do Estado é necessário para adequar as intervenções sobre a pobreza neste novo século.

Referências Bibliográficas

Carneiro, A.[*et al*]. Homogeneidades e heterogeneidades dos domicílios metropolitanos – PNAD / 2005. Rio de Janeiro, 2007 <www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>.

Castel, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

Expert Group on Poverty Statistics (Rio Group). Compendium of best practices in poverty measurement. Chile, 2006

Hirata, H. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual? *In*. Gênero, Democracia e Sociedade brasileira. São Paulo: FCC:Ed. 34, 2002

Iamamoto, M.V. Serviço Social na Contemporaneidade. SP: Cortez, 1998

Netto, J.P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. SP :Cortez, 1996

Pereira, P.P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. SP: Cortez, 2002

Silva, M.O.S. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferências de renda. SP: Cortez, 2004

Soto, S.F.. El concepto de pobreza em la teoria marxista. *In* Serviço Social e Sociedade, n.73 – ano XXIV – março, 2003.